



Rodrigo Paiva/Folhapress

Uma proposta *para acender* as cidades brasileiras

Federação Nacional dos Engenheiros
defende instituição de política
nacional de iluminação pública que
garanta qualidade, eficiência
energética, avanço tecnológico e
incentivo à indústria.

Página 5



INOVAR RUMO AO *desenvolvimento*

UM ASPECTO ESSENCIAL DO PROJETO “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (www.crescebrasil.org.br) é a ênfase dada à importância da ciência, tecnologia e inovação na busca de um projeto de crescimento para o País. O tema, que faz parte da proposta da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) desde o seu lançamento, inicialmente não constava do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) proposto pelo governo. A falha foi corrigida após ter sido apontada pela nossa federação e C, T & I entraram na agenda da expansão econômica. Passados nove anos do lançamento do “Cresce Brasil” e oito de vigência do PAC, o País experimentou um ciclo positivo de expansão de investimentos, geração de emprego e aumento da renda do trabalhador, mas se vê hoje novamente diante de uma crise econômica – agravada pelas turbulências políticas –, para a qual ainda não se vislumbra saída.

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Nós, os engenheiros brasileiros, que temos entre nossas bandeiras essenciais o desenvolvimento nacional, vimos defendendo que o enfrentamento da situação não se dê de forma a desestimular a produção. Não nos parece que a velha e surrada fórmula de buscar agradar ao mercado financeiro vá nos garantir a superação das dificuldades. Até agora, as altas taxas de juros não serviram para reduzir a inflação, e o ajuste fiscal vem se mostrando inútil diante do aumento do serviço da dívida. Pelo contrário, é preciso agir para assegurar a sustentação da economia real do País e, principalmente, o emprego dos brasileiros. Isso era verdade em 2006, quando ousamos afirmar que seria possível alcançar um incremento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 6% ao

ano, e continua valendo hoje, apesar das dificuldades internas e do grave cenário global. Na mesma lógica, é essencial que mantenhamos na nossa pauta a importância de se investir em C, T & I, pois é necessário não só recuperar a indústria brasileira, que sofre um precoce encolhimento, como torná-la competitiva. Nossa convicção quanto a isso traduz-se de forma concreta na criação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que tem como entidade mantenedora o SEESP, e deu início neste ano ao primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação. A meta é, lançando mão de uma proposta de aprendizagem avançada, formar profissionais multiespecialistas que, independentemente da área em que atuem, estejam aptos a inovar, seja como empregados ou à frente de empreendimentos próprios. O esforço de pesquisa e desenvolvimento feito nas universidades segue sendo essencial e precisa ser ampliado. No entanto, é importante também que essa dinâmica esteja presente de forma decisiva nas empresas, inclusive nas micro e pequenas. Esse é o caminho para se produzir mais

É essencial que mantenhamos na nossa pauta a importância de se investir em C, T & I, pois é necessário não só recuperar a indústria brasileira, que sofre um precoce encolhimento, como torná-la competitiva.

e melhor e aumentar a lucratividade. Nesse pacote está incluída a necessidade de se qualificar e valorizar a mão de obra, bem ao contrário do que defendem alguns, para quem o caminho da lucratividade é a precarização. Portanto, é impreterível também que haja um sistema estabelecido de educação continuada aos profissionais. Uma proposta interessante nesse sentido (<http://goo.gl/boLJ60>) foi elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), entidade que também congrega os engenheiros brasileiros e atua fortemente pela construção de um país desenvolvido, justo e soberano.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edison Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de agosto de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



SEESP estabelece diálogo fundamental com a juventude

Marcellie Dessimoni

A ESCOLHA DA PROFISSÃO algumas vezes revela quem somos e o que queremos. A engenharia é a arte de criar, inovar e desenvolver. Para que isso aconteça, é necessário não só a formação acadêmica, mas também o desejo de transformar a sociedade em que vivemos, valorizando nossa profissão e estando prontos para enfrentar crises que surgem em determinados momentos no País.

Com o objetivo de identificar, auxiliar e avaliar as oportunidades e dificuldades dos jovens engenheiros no mercado de trabalho, debatendo as demandas da juventude e desenvolvendo ações que ampliem sua participação nas discussões das políticas públicas voltadas para a categoria, o SEESP criou neste ano o Núcleo do Jovem Engenheiro.

A reflexão sobre os desafios que o “mundo do trabalho” impõe ao movimento sindical para este século exige uma compreensão acerca das transformações recentes e suas consequências para os trabalhadores. São necessárias uma nova visão e ação sobre o sindicalismo, capazes de acompanhar a dinâmica do mercado, identificando novos caminhos de atuação sindical, o que pode ter resultados positivos para a sociedade. Nesse contexto, entendemos como fundamental o papel da juventude engenheira.

Somos jovens privilegiados, pela escolha e compromisso, com raciocínio

lógico, rápido e eficaz, atrelado a uma mente exigente na projeção do futuro. As ações dos engenheiros destinam-se ao bem-estar dos seres humanos, melhorando a qualidade de vida da sociedade.

É urgente criar novas formas de pensar em projetar o País para o caminho do desenvolvimento. É preciso construir uma identidade unitária da juventude engenheira, com proposições de estratégias, cumprimento dos deveres e entendimento dos direitos perante a sociedade. Fazemos parte de um grupo de liderança no Brasil, onde essa profissão é decisiva ao crescimento econômico, político, ambiental, tecnológico e social sustentável, dentre outros. O Núcleo Jovem Engenheiro mobilizará engenheiros de todo o Estado para que discutam conjuntamente as melhorias das condições de trabalho, os desafios da profissão, qualidade de vida, tornando-se referência para o nosso país. A juventude precisa estar nos espaços de diálogo, participando, propondo, para um mundo novo que acreditamos ser possível.

É diante da crise que encontramos diversos caminhos e oportunidades para seguir. Dessa forma, creio que um caminho possível é o despertar dos valores adormecidos na sociedade, fazendo-os voltarem a ser a base do País, como o sentimento de coletividade, o altruísmo, a solidariedade, o companheirismo, a transparência, a honestidade e a ética em prol da juventude engenheira.

Marcellie Dessimoni é estudante do quinto ano de Engenharia Ambiental e Sanitária e coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP



NEGÓCIOS



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



ENGENHARIA *a serviço da vida*

Rosângela Ribeiro Gil

A MEDICINA não vive mais sem a engenharia. A opinião é do professor João Carlos Machado, do Programa de Engenharia Biomédica do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Com formação em engenharia eletrônica e mestrado em biomedicina, ele esteve à frente em 1983, juntamente com outros profissionais, de pesquisas importantes para a busca de novas aplicações para a técnica do ultrassom, como na detecção da formação de coágulos sanguíneos ou precoce de câncer no intestino.

“A ciência é uma só, nós é que a separamos por questões de ensino e pragmatismo. No fundo, a medicina está ligada à engenharia, não tem como desvincular.”

Machado destaca que sua aplicação está totalmente voltada à medicina desde o desenvolvimento tecnológico até a segurança dos pacientes, “porque esses instrumentos têm todo um protocolo de instalação, uso, manutenção e calibração que necessita do engenheiro biomédico”. Nesse sentido, o professor da UFRJ reivindica a regulamentação do profissional nos grandes hospitais e instituições de saúde. “Ele deve fazer parte da hierarquia do corpo diretor e com o mesmo nível de responsabilidade”, defende, informando que essa prática já é adotada em outros países.

A opinião é reforçada pela coordenadora do curso de graduação de Engenharia Biomédica da Universidade Federal do ABC (UFABC), Juliana Daguano, que tem formação em engenharia bioquímica e doutorado em materiais. “Em países desenvolvidos, a medicina se vale dos conhecimentos e ações da engenharia há algumas décadas, e a área já está consolidada e desponta como uma das carreiras mais promissoras para os próximos 20 anos.” Entretanto, no Brasil, prossegue, a intervenção da engenharia na medicina é relativamente recente. “Mas, com o envelhecimento da população brasileira, a demanda por novas tecnologias na área da saúde tem crescido consideravelmente.”

Entre as grandes contribuições da engenharia à saúde, Machado lembra o marca-passo, que existe há mais de 50 anos, “um típico desenvolvimento tecnológico que salva vidas”. O professor da UFRJ também

cita as operações cardíacas que contam com todo um aporte de instrumentação com a participação fundamental da área. Para Daguano, a procura por novas tecnologias e o acesso a elas na área da saúde serão cada vez maiores e propulsores para a realização de trabalhos em engenharia. De modo geral, afirma a coordenadora da UFABC, a pesquisa tecnológica se inicia com a identificação de problemas na área da saúde. Nessa atividade, ela relaciona a interface com as engenharias elétrica e mecatrônica (instrumentação, equipamentos médico-hospitalares e dispositivos de reabilitação), mecânica (biomecânica), de materiais (biomateriais e dispositivos implantáveis) e de computação e informação (telemedicina).

Já o coordenador do curso de Pós-graduação de Engenharia Biomédica do Instituto Nacional de Telecomunicação (Inatel), Marco Túlio Perlato, observa que, algumas vezes, se depara com a solução de um problema de saúde utilizando tecnologia total-

Sua aplicação está totalmente voltada à medicina, com grandes contribuições à saúde, entre as quais a criação do marca-passo.

mente nacional. “Recentemente tomei conhecimento de um grupo de pesquisadores brasileiros que estão desenvolvendo equipamentos de raios-x sem o uso de radiação ionizante.” E antecipa: “Imagine fazer um exame desses sem se preocupar com os efeitos nocivos da radiação. Isso é absolutamente fantástico.” Perlato acrescenta: “Também existem pesquisadores trabalhando com órteses e próteses, biomateriais e no desenvolvimento de novos equipamentos para a saúde.” Ele informa que o Inatel implantou um Centro de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia Assistiva.

As perspectivas para a área no País são alvissareiras, já que ainda há carência de profissionais qualificados. Daguano explica



Perlato se entusiasma com pesquisas que podem criar raios-x sem uso de radiação ionizante.

que até bem pouco tempo atrás o Brasil não tinha graduados na modalidade, mas apenas profissionais de outras áreas com essa especialização. “Com a abertura de cursos de graduação, como o nosso da UFABC, o cenário está mudando, as empresas estão descobrindo esse profissional e têm demonstrando grande interesse nas contratações.” E completa: “Boa parte da tecnologia e do conhecimento desenvolvidos nas universidades poderão ir para a indústria e então chegar aos hospitais, clínicas e à população.”

O primeiro curso nacional de engenharia biomédica foi instalado em 1971, como especialização na Coppe/UFRJ. Na mesma época, lembra Machado, o Instituto do Coração (Incor), em São Paulo, já mantinha uma equipe ligada à engenharia, com a liderança do professor Euryclides de Jesus Zerbini, que desenvolvia a parte de instrumentação e metodologia de criação de válvulas cardíacas. “Já se tinha uma visão da importância de montar equipes com esses profissionais juntos”, ressalta. O que é reforçado por Perlato: “Não consigo pensar o desenvolvimento da medicina sem a engenharia. Alguém consegue imaginar uma cirurgia cardíaca sem um equipamento de anestesia ou um bisturi elétrico?”



Daguano: “O envelhecimento da população brasileira aumentou a demanda por novas tecnologias na área de saúde.”

FNE QUER INSTITUIR POLÍTICA NACIONAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Soraya Misleh

“PROMOVER A EFICIÊNCIA energética dos equipamentos de iluminação pública e propiciar condições favoráveis a que os municípios possam desenvolver um serviço público de qualidade e de baixo custo.” Esses são os objetivos de uma política nacional de iluminação pública, conforme proposta apresentada pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).

Segundo o representante dessa entidade na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica e diretor do SEESP, Carlos Augusto Ramos Kirchner, a demanda foi verificada há tempos e agora é animada pela aprovação na Câmara dos Deputados, em 28 de abril último, do Projeto de Decreto Legislativo 85/2015. Esse “susta os artigos 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, os artigos 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que repassa aos municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos”. De autoria do deputado federal Nelson Marquizzelli (PTB-SP), aguarda agora desig-

Objetivo é garantir eficiência energética, qualidade e baixo custo do serviço, apoiando sobretudo municípios pequenos.

nação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Posteriormente, seguirá para duas outras comissões – de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Só depois, deverá ser votado em Plenário daquela Casa.

Se aprovado, contudo, o Decreto Legislativo suspenderá a transferência de ativos da iluminação pública às Prefeituras, que deveria ter sido concluída em 1º de janeiro último, conforme determinação da Aneel – por entender que essa exorbitou de suas funções en-

quanto agência reguladora –, mas não colocará nada no lugar. Kirchner explica o problema: “Para muitos municípios, não houve transferência até aquela data, mas abandono compulsório das distribuidoras. O setor ficou bastante desarranjado. Houve municípios que conseguiram bloquear na Justiça a transferência e outros que fazem o trabalho de forma muito precária, sem cumprir normas de segurança, utilizando materiais inadequados.”

Diante desse quadro, continua ele: “Devemos aproveitar este momento para realinhar essas questões. Assim, a FNE propõe a criação de uma política nacional de iluminação pública.” Marco Aurélio Cabral Pinto, engenheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela federação em 2006 e atualizado desde então –, destaca: “A instância mais adequada na conjuntura histórica para mediação nas relações entre os entes municipais e os fornecedores de energia parece ser o Congresso Nacional.” Para ele, aprovar uma política nacional ao setor “permitirá que se estabeleça pacto político favorável ao aproveitamento de oportunidades tecnológicas e econômicas pelo capital privado, atendendo-se contudo ao objetivo público de implementação de bons projetos de iluminação nas cidades brasileiras”.

Menos custos e mais tecnologia

Sua importância reside ainda no fato de que o segmento representa 3% do consumo de energia no País. “Melhorando o serviço, tem-se economia e melhora-se o padrão de vida das pessoas”, complementa Kirchner.

Uma das preocupações expressas na proposta da federação é de garantir sobre-

tudo aos pequenos municípios condições para oferecer iluminação pública com qualidade. “No Brasil, dos 5.561 existentes, 90% têm menos de 80 mil habitantes. Pelo projeto da FNE, até esse patamar, o prefeito teria a opção de utilizar-se da distribuidora. Acima de 80 mil, é preciso haver um acordo entre ambos.”

Além disso, a preocupação é assegurar eficiência energética e telegestão, levando-se em conta a evolução tecnológica. Sob essa ótica, a proposta da FNE é que a política nacional de iluminação pública estabeleça critérios mínimos aos equipamentos e possibilite a implementação de programas federais de apoio aos municípios. Desse modo, mesmo as pequenas cidades poderiam usufruir de tecnologia LED. “São várias as suas vantagens, como economia de energia, melhor reprodução de cores em relação às lâmpadas de vapor de sódio, maior vida útil, o que significa ter menos serviço de manutenção e, portanto, redução de custo.” Cabral Pinto informa que o BNDES já conta com linhas de financiamento para apoio a investimentos em modernização dos parques de iluminação pública, além de “política específica para nacionalização progressiva de luminárias com tecnologia LED”.

Quanto à telegestão, Kirchner explica que conecta cada ponto luminoso a uma central de controle. “Até se uma lâmpada está queimada, é possível ter conhecimento sem ter que ir ao local”, aponta. A proposta da federação traz benefícios também, conforme ele, em termos de desenvolvimento da indústria nacional, privilegiando quem fabrica de acordo com as normas técnicas. “Assegurar a qualidade do produto é defender o mercado regulado. Para isso, é necessário defender o conteúdo nacional, com parâmetros de qualidade ao conjunto ótico que compõe a iluminação pública (*luminárias, refratores, refletores, lâmpadas etc.*). Isso tudo faz parte de uma política nacional, que trará benefícios para a população, inclusive com geração de empregos no mercado nacional.”



Assegurar acesso a tecnologias a todas as cidades está entre preocupações da federação.



Incentivar produção para evitar desemprego

Soraya Misleh

COMO PROFESSÃO DO desenvolvimento por excelência, em uma economia estagnada como a atual, a engenharia começa a perder postos de trabalho. Retomar os investimentos produtivos, reduzir a taxa de juros, garantir a valorização profissional e combater a desindustrialização estão entre as demandas apontadas há tempos pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em seu projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” para reverter esse quadro.

Após o *boom* verificado a partir de 2007, com a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e ampliação de investimentos em infraestrutura, o País enfrenta cenário de desaceleração. Como consequência, a categoria revive a perda de empregos – constante durante os anos 1980 e 1990. Em alta até pouco tempo, agora sente com mais intensidade os efeitos da crise que assola o Brasil e o mundo. Segundo José Silvestre Prado de Oliveira, coordenador de relações sindicais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a previsão é de que o PIB em 2015 fique dois pontos negativo. Sinal de que o Brasil caminhava para recessão foi dado já em 2014, quando a economia praticamente não cresceu. “O que podemos inferir é aumento de desemprego em todos os setores e de forma mais acentuada na indústria. A construção civil vem perdendo muitos postos, assim como os segmentos ligados a infraestrutura, resultado da crise econômica e política em âmbito nacional”, observa. Diante desse panorama, projetos foram

concluídos ou suspensos, por problemas com contratos, e não há novos. Ele apresenta os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Emprego e Trabalho, que demonstram a piora na conjuntura econômica: até junho de 2015, o número de demitidos superou o de admitidos no mercado de trabalho em 111.200; no semestre, foram menos 345.417 empregos; e em 12 meses, 601.924. Setores que empregam muitos engenheiros tiveram perda significativa. “Na construção civil, o saldo negativo foi de 24.131 em junho, 134.494 entre esse mês e janeiro, e em 12 meses, 329.288. Já na indústria de transformação, foram 64.228, 162.387 e 375.998 nos períodos respectivos.”

Os efeitos da crise sobre a categoria são constatados pelo Departamento Jurídico do SEESP. Na comparação entre 2014 e 2015 (de janeiro a junho), o número de homologações cresceu mais de 50% (*confira quadro*). “As áreas que mais demitiram foram construção civil e engenharia consultiva, em decorrência de contratos suspensos e falta de investimento. Não há projetos em andamento”, explica a advogada Karen Blanco.

Outro setor do sindicato que serve de termômetro é o de Oportunidades e Desenvolvimento Profissional. Segundo os dados apurados, houve aumento de 26% nos atendimentos realizados pessoalmente no primeiro semestre deste ano e de 28%, por telefone. “A visão de mercado que o engenheiro nos traz é de que teve uma grande queda nas vagas voltadas às áreas de engenharia civil, indústria e petróleo e gás. As poucas vagas disponíveis têm salários abaixo do que ganhavam e com grande número de candidatos. O tempo de recolocação aumentou para seis meses a um ano, ou mais”, aponta análise do setor.

Desafios à retomada

Embora o Brasil se insira num contexto de crise global, com queda nos preços de *commodities* que afetam também os países exportadores, o cenário adverso não é apenas consequência do que ocorre no mundo; reflete opções equivocadas em relação à ma-

croeconomia. Em 2014, a FNE já alertava em seu “Cresce Brasil” a necessidade de fazer frente a novos desafios para conter entraves ao desenvolvimento nacional sustentável. No documento, indicava a premência de se combater a desindustrialização precoce, adensando cadeias produtivas. Intitulado “O desafio de reindustrializar o Brasil”, seminário realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), na sede do SEESP, na Capital, no dia 29 de junho último, evidenciou que as recomendações não foram seguidas. Conforme um dos palestrantes, o economista Antonio Corrêa de

Combater desindustrialização, reduzindo taxa de juros e garantindo investimentos é fundamental para conter perda de postos de trabalho.

Lacerda, coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), reverter essa situação passa por reduzir a taxa de juros, ter uma política industrial de Estado e investir em logística e infraestrutura (*confira reportagem na edição 478 do Jornal do Engenheiro*).

Além disso, a FNE tem lutado pela aprovação de projeto que institua a carreira de Estado para engenheiros, importante instrumento à geração de empregos no setor público, com remuneração justa e valorização profissional.

Garantir as medidas adequadas é fundamental para abreviar o impacto das crises política e econômica. De acordo com Silvestre, a previsão é que o País ainda atravesse turbulência em 2016, com “crescimento do PIB não muito diferente de zero”. A aposta, conforme o economista do Dieese, é de que a economia comece a se recuperar somente no segundo semestre do próximo ano e haja melhora a partir de 2017, a depender da volta dos investimentos e de mudanças na política econômica.

Homologações de engenheiros 1º semestre

	2014	2015
Janeiro	189	269
Fevereiro	208	262
Março	217	360
Abril	203	297
Mai	125	306
Junho	200	269
Total	1.142	1.763

Fonte: Departamento Jurídico do SEESP



Beatriz Arruda

Cresce procura de engenheiros por vagas no setor de Oportunidades e Desenvolvimento Profissional do SEESP.

Novidades

Psicoterapia em Marília

Ana Cláudia Manzoni realiza psicoterapia com abordagem psicanalítica para criança, adolescente, adulto e idoso, além de preparação para concurso e avaliação de personalidade. Avenida Alfeu César Pedrosa, 96, Fragata, Marília (SP). Mais informações pelo telefone (14) 99619-6567 e *e-mail* acmanzoni.psic@gmail.com. Desconto de 50%.

Blindagens de carros com desconto

O Grupo Avallon oferece aos associados ao SEESP serviços de blindagem de automóveis. Mais informações pelo telefone (11) 3061-4000, *e-mail* hernandez@avallonblindagens.com.br e no *site* www.grupoavallon.com.br. Desconto de 6% na blindagem, com pagamento de 30% no ato e mais cinco cheques.

Convênios

Saúde

- Clínica ADE Psicologia e Psicopedagogia – Elisângela da Silva Xavier Alcino faz acompanhamento nessas áreas para crianças, adolescentes, adultos e casais. Realiza também tratamento fonoaudiológico, acupuntura, *reiki*, orientação vocacional e reorientação profissional. Rua Onze de Junho, 707, Casa Branca, Santo André (SP). Informações pelos telefones (11) 3657-8871 e 98289-2156, *e-mail* contato@adepsicologia.com.br e no *site* www.adepsicologia.com.br. Desconto de 50%.
- Psicologia e *coaching* – Edna Akemi Akashi atende na Avenida Getúlio Vargas, 303, Bosque, Presidente Prudente (SP). Informações pelo telefone (18) 99742-3945. Desconto de 30%.
- Maria Cristina Grupi – Oferece serviços de psicologia para crianças, adultos e casais e de psicopedagogia voltada a dificuldades de aprendizagem. Avenida Vital Brasil, 732, Olímpico, São Bernardo do Campo (SP). Informações pelo telefone (11) 98811-1078 e *e-mail* crisgrup@ig.com.br. Desconto de 20%.

Mackenzie Language Center

Está previsto para dia 17 de agosto o início das aulas dos cursos de inglês, espanhol, italiano, francês, alemão, português para estrangeiros, além de outros para fins específicos (preparatórios para exames de proficiência e de Cambridge). Aulas de gramática e conversação, com duração de 1h30, em classe ou em laboratórios de áudio, vídeo e informática, duas vezes por semana, alternadamente, ou um dia com aula dupla. Consulte horários, preços e descontos em www.mackenzie.br/clean. Inscrições *online*. Mais informações pelo telefone (11) 2766-7313. Vagas limitadas.

Curso em São José do Rio Preto

Abertas inscrições para o curso de perícias judiciais, a ser realizado de 25 a 28 de agosto, das 18h30 às 22h15, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em São José do Rio Preto (Ciesp-SJRP), pelos telefones (53) 3231-3622 e 0800-6003622. Avenida Clóvis Oger, 706, Distrito Industrial, São José do Rio Preto (SP). Mais informações pelo *e-mail* fernanda@manualdepericias.com.br e no *site* www.manualdepericias.com.br. Desconto de 10% aos associados.

Colégio Gente Inocente

Cursos de educação infantil a partir dos 11 meses, ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano), em período parcial (manhã e tarde) e integral (almoço incluído). Além de aulas de balé e karatê (valores à parte) e de inglês e música (inclusos na mensalidade). Rua Violanda Luizari Sylla, 405, Presidente Prudente (SP). Mais informações pelo telefone (18) 3906-1600 e *e-mail* colegiogi@hotmail.com. Desconto de 15% aos associados.

Oftalmologia em vários locais

O Grupo Cerpo Oftalmologia possibilita consultas em diversos locais na Capital e na Grande São Paulo. A matriz fica na Avenida Lucas Nogueira Garcez, 261, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo (SP). Unidades nesse município, em Diadema, Guarulhos, Mauá, Santo André e São Caetano do Sul. Na Capital, nos bairros Paraíso e Santo Amaro. Mais informações pelo telefone (11) 4126-6666 e no *site* www.cerpo.com.br. Desconto de 50% aos associados e dependentes.

Ginecologista e mastologista no Jabaquara

Na Segó Serviços Médicos, os filiados podem ter consultas médicas com ginecologista e obstetra ou mastologista. A clínica localiza-se na Rua dos Cajueiros, 310, 2º andar, sala 210, Jabaquara, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 5012-1841/1842, *e-mails* sego.recepcao@terra.com.br e sego.servico@terra.com.br. Desconto de 20% na consulta.

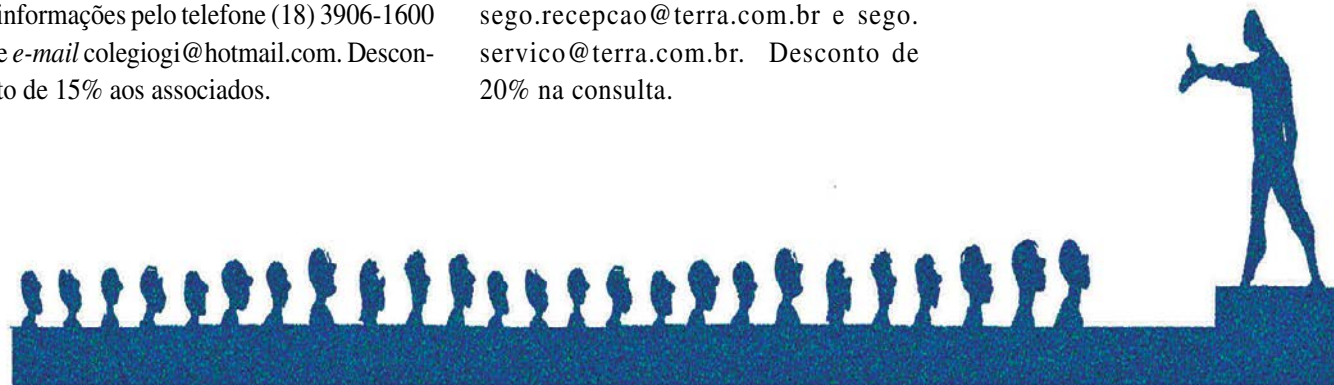
Sistema de segurança 24 horas

A Verisure do Brasil Monitoramento de Alarme está ao alcance dos filiados ao sindicato. Oferece serviço de segurança de alta proteção 24 horas para residências e empresas. Rua Amazonas, 1.920, Santa Paula, São Caetano do Sul (SP). Mais

informações pelos telefones (11) 94717-3039, ID 45*15*96663 (Nextel), (11) 97316-0044 (Vivo) e (11) 98194-5416 (Tim), *e-mail* amary.almeida@verisure.com.br e no *site* www.verisure.com.br. Desconto de 30%.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br





Sindicatos criam Fórum Cresce Baixada



Vespasiano Rocha

Movimento definiu propostas para incrementar atividade econômica na região para evitar desemprego.

A geração e a preservação de empregos nas cidades do litoral paulista levaram a Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista e outras entidades a instituírem o Fórum Cresce Baixada. Fernando Palmezan, coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2006 e atualizado desde então, participou de reunião do movimento no dia 20 de julho último.

Segundo o fórum, a crise que atinge diversas empresas do

polo industrial de Cubatão, do Porto de Santos e da região precisa ser enfrentada com propostas objetivas, visando soluções que não se limitem a questões pontuais ou corporativas. Essa é a razão, explica Newton Guenaga Filho, presidente da delegacia, que motivou vários segmentos sociais a se reunirem para discutir alternativas emergenciais e viáveis. “Queremos envolver todo o mundo nesse debate, desde governos e empresários até trabalhadores”, destaca.

Palestra sobre ciência e inovação

Na próxima reunião do Conselho Tecnológico do SEESP, no dia 5 de agosto, a partir das 10h, o professor Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado de São Paulo (Fapesp), apresentará a palestra “Ciência, tecnologia e inovação em São Paulo”. O evento será na sede do sindicato, na Capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista).

Encontro técnico da Associação dos Engenheiros da Sabesp

Realizada tradicionalmente há 26 anos, acontece de 4 a 6 de agosto próximo a Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente (Fenasan) em paralelo ao Encontro Técnico da Associação dos Engenheiros da Sabesp (AESabesp), no Pavilhão Vermelho do Expo Center Norte, na Rua José Bernardo Pinto, 333, em São Paulo. O tema central desta edição é “A crise da água e suas consequências no século XXI”. Mais informações e a programação completa em <http://goo.gl/Jn0TRw>.



Seminário sobre segurança no trabalho em Campinas

O Ministério Público do Trabalho na cidade promove, em 5 de agosto próximo, o seminário “Alerta à construção civil: mais prevenção, mais vida”, das 8h30 às 17h, no Vitória Hotel Concept Campinas (Avenida José de Souza Campos, 425, Cambuí). A iniciativa visa discutir com juristas, empresas do setor, sindicatos e trabalhadores questões alarmantes que resultam em acidentes e mortes nas obras, além da importância dos protocolos de segurança individual e coletiva, obediência às normas de saúde, conforto e higiene. O evento conta com o apoio da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas. As inscrições devem ser feitas em <http://goo.gl/TTtBvI>.



CNTU em defesa da organização sindical

Dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) reuniram-se com o deputado federal Mauro Pereira (PMDB-RS), relator na Comissão de Finanças e Tributação do Projeto de Lei 2.141, que definirá o valor da contribuição sindical, no dia 16 de julho, na sede da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), em Brasília.

Conforme explanou o presidente da confederação, Murilo Pinheiro – que também está à frente do SEESP –, é fundamental que haja fonte de custeio para que seja resguardada a atuação do movimento sindical em defe-

Nova associação reúne profissionais em Diadema



Aida Gomide

Diretoria da entidade foi eleita em 21 de julho.

Foi criada em 21 de julho a Associação dos Engenheiros, Agrônomos, Arquitetos, Geógrafos, Geólogos, Tecnólogos e Técnicos Industriais e Agrícolas do Município de Diadema, tendo à frente Silvana Guarnieri, que é vice-prefeita da cidade e preside

a Delegacia Sindical do SEESP no Grande ABC. Segundo ela, a nova entidade é um projeto acalentado há anos, sem fins lucrativos e com o intuito de congregar os profissionais realizando atividades técnicas, culturais, esportivas e sociais.

Aprovada proposta de PPR da Telefônica/Vivo

Os engenheiros que atuam nessa empresa, reunidos em assembleia no dia 17 de julho último, aprovaram a proposta da Telefônica/Vivo para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) de 2015. Foram quase quatro meses de intensas negociações entre o SEESP e a companhia que, em 15 de julho, se comprometeu a manter o pagamento, a título de PPR, de até 2,75 salários. O adiantamento correspondente a um salário nominal foi feito no dia 27 de julho, e o valor restante, que depende do atingimento de metas, ocorrerá em 31 de março de 2016.



Paula Bordini

Dirigentes da CNTU apresentam proposta a relator de PL que definirá o valor da contribuição sindical.

sa dos trabalhadores brasileiros. Para tanto, a CNTU defende que a contribuição seja estipulada em 30% do salário mínimo. Ainda na avaliação de Pinheiro, esse debate precisa levar em conta a

importância das entidades nas lutas dos profissionais. Receptivo às ponderações, Pereira afirmou que o parecer final deve atender à reivindicação da confederação e ser aprovado na Câmara.